

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDO E PESQUISA DO
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XVI
VOLUME 24
NÚMERO 1
(JAN-JUN)
2016
PP. 319-338.

RUSGA DE MATO GROSSO: QUESTÕES DE ECONOMIA POLÍTICA NO SÉCULO XIX

(RUSGA IN MATO GROSSO: QUESTIONS OF POLITICAL ECONOMY IN XIX CENTURY)

DR. JOSÉ MANUEL MARTA

Professor de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso

jmanuelmarta@gmail.com

RESUMO: O artigo trata de um movimento popular ocorrido em 1834, nos marcos da Independência política econômica do país, em Mato Grosso. Discute-se a importância do investimento no processo de desenvolvimento de determinada região e algumas consequências relacionadas a esses procedimentos. Dentre essas consequências está uma letargia econômica que se apropriou da região até aproximadamente 1870 quando se iniciam transformações relacionadas ao processo Imperialista decorrente da Revolução Industrial na Europa e a introdução de novas tecnologias de transporte e indústria, especialmente nas regiões do sul e no norte da província, assim como próximo à Capital.

PALAVRAS-CHAVE: Revoltas nativistas, investimentos, desenvolvimento, independência.

ABSTRACT: The article deals a popular movements in 1834, within the framework of the political economic independence of the country, at Mato Grosso. It discusses the importance of investing in the development process of a given region and some related consequences to such procedure. Among these consequences is an economic lethargy that appropriated the region until about 1870 when it initiated changes related to the Imperialist process arising from the industrial revolution in Europe and the introduction of new transport technologies and industry, especially in the southern regions and the north of the province just as close to the capital.

KEYWORDS: Nativist riots, Investment, development, independence

A Rusga foi um movimento nativista, ocorrido em Mato Grosso em 1834, resultado da agitação popular que alegava destituir do poder político-econômico local, uma oligarquia estrangeira que se mantinha no poder mesmo depois da Independência em 1822. Esse objetivo, como em outros movimentos da época, era ocupar o poder com outro grupo, este nacional.

A literatura que trata o assunto indica o movimento como discreto, mas, em sua trama ceifou dezenas e até centenas de vidas na tragédia. Dependendo do autorⁱ se inclui fugas e prisões de negociantes, suas famílias e agregados. Na sequência dos fatos ocorreu a evasão de capitais da província que promoviam o crescimento regional até nas mais pequenas produções, principalmente em Diamantino e Cuiabá.

Uma citação de 1869, feita em um prefácio, referindo-se a situação, diz: “se a carniceira e roubos do ano de 1834 (...)”. Ou seja, depois de trinta anos ainda havia memória do acontecido em outros locais do país. Mas, temia, parte da elite, que o ocorrido em outras regiões se repetisse em Mato Grosso, e que o nobre e imortal fundador do Império (Leverger) “viesses atacar Matto Grosso; os partidos estavam assanhados, e os portugueses, com razão ou sem ella, erão tidos em

conta de amigos, de apaniguados de D. Pedro e de restauradores em fim (...)” (AGUIAR, Indalecio R. F. de Prefácio a MOUTINHO, 1869).

O fato, agravado pelas circunstâncias políticas e as distâncias entre a sede do Império e a região, provocou constrangimento geral no século XIX e uma letargia econômica, decorrente da falta de investimentos. Assim, as riquezas naturais, abundantes na Província distante, especialmente ouro e diamantes, dependentes do investimento de grandes capitais para realizar sua exploração ficavam sem ser extraídos, assim como não se realizava a aquisição de contingentes de trabalhadores pela falta de recursos.

Paradoxalmente esse movimento não era pioneiro na antiga colônia portuguesa da América, considerando tratar-se de agitações nativas que explodiram no primeiro reinado e regência, portanto, logo após a independência da metrópole que passou a ser tratado por grande parte da historiografia como movimentos naturais ou de “pouca violência” como se fosse possível ranquear suas consequências.

Registrados pela historiografia recente, esses fatos passaram a ter tratamento mais rigoroso nos quais os movimentos passaram de esboços à pesquisas acadêmicas considerando o período da Independência e

Regência, revendo a concepção da “índole-pacífica-do-povo-brasileiro”. Tal característica afirmada com mais ênfase durante as Regências, ainda tiveram registro no Segundo Reinado e se tornaria verdadeiro lugar-comum no início da República, evitando-se discutir na perspectiva das reivindicações populares das quais era originário. Mas o certo é que os moradores dos territórios onde pretendiam os novos brasileiros assumir o poder não havia apenas “ovelhas mansas” durante o período regencial.

Houve, assim, consequências a serem realçadas para além do romantismo das análises à distância asseguradas pelo tempo. Apresentadas concretamente na dureza da falta de renda e empregos para a população e associada à morte de pessoas, ricas e pobres, que desapareceram no evento fortuito e inconsequente se constituiu em importante marco histórico do século XIX para o Mato Grosso.

INVESTIMENTO COMO FATOR ESSENCIAL DO CRESCIMENTO CAPITALISTA

Há uma equação fundamental ditada pela Ciência Econômica que revela um princípio geral do sistema

vigente e que explicada revela que sem os fatores que a compõe não se gera o lucro, motor do sistema, bem como outras remunerações. Assim, trata-se de elemento fundamental ao desenvolvimento dos negócios a partir dos tempos modernos. A equação mostra que a produção é função do trabalho, recursos naturais e naturalmente investimento. E, portanto, do que se trata aqui.

Esse princípio geral que estabelece os retornos dinâmicos do sistema na forma de rendas de qualquer natureza decorre dos Capitais invertidos e que modernamente vem reduzindo todos os fatores ao Capital: capital produtivo, capital trabalho, capital natural etc.

Originalmente essa interpretação foi feita, a partir da crise de 1929, nos estudos de Keynes e teve tratamento matemático por Hicks, sendo aprimorado nas equações de Harrod-Domar em diversos estudos, com base no trabalho seminal. Não trataremos desse emaranhado tão saboroso aos economistas.

Assim, o investimento passou a ser compreendido como base na Teoria do Crescimento pós-keynesiano e pode ter sua origem simplificada como $S=I$, ou seja, poupança igual ao investimento. É a

poupança geradora dos investimentos e quem estabelece a dinâmica do capitalismo.

Evidentemente, que é nessa lógica que se propõe a acumulação das poupanças de toda natureza. Portanto, tal igualdade econômica apresentada de modo circular em um fluxo financeiro contrapõe-se a um fluxo real de mercadorias, cujo resultado é o crescimento da sociedade estudada e mensurado pelo Produto Interno Bruto quando mercadorias e rendas no fluxo financeiro.

Em resumo, sem o investimento inicial e a contínua manutenção, os negócios de qualquer natureza, sejam lá quais forem suas origens poupadas – pessoais, heranças ou furtos, não ocorrem.

Muito antes de Keynes, porém, no início do período mercantil, economias inteiras foram prejudicadas pela restrição de fluxos financeiros que as alimentassem. Quando se quebrou a corrente de recursos considerando a expulsão dos capitalistas investidores e seus recursos em função de Revoluções ou Atos de Governo que expropriam fundos a crise se revelou, principalmente na produção.

Em Portugal e Espanha nos séculos XV e XVI, financistas e capitalistas judeus foram expulsos como hereges, trazendo consequências danosas aos reinos.

Expulsos para a Alemanha, França, Holanda e depois Inglaterra, sua passagem foi marcante e a peregrinação das famílias permitiu aportar aos novos domicílios meios e recursos para o crescimento daqueles países.

É consequência desse evento que se apresentaram os cristãos-novos como novos investidores na economia nas colônias como no Estado do Brasil e do Grão Para e Maranhão (AZEVEDO, 1989; GROSSMANN, 1928, 1979).

No caso da crise capitalista do século XX, quando o crack da Bolsa de New York, em 1929, evadiu rendas e riquezas, e ações foram transformadas em papéis sem valor, o fenômeno gerou a depressão dos anos trinta: objeto do estudo de Keynes, cujo modelo de superação foi apresentado n' *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Nessa obra, o autor observou que havia falta de poupanças privadas para retomar a economia em 1934 quando escrevia a obra. Assim, entendeu que eram necessários investimentos, para retomar o andamento (KEYNES, 1984).

Isso permitiu ao autor inglês sugerir candidamente a intervenção do Estado como indispensável. E nessa perspectiva sugeria a construção de “pirâmides” e quebra das quinas de guias de calçadas através de empregos não produtivos, ou seja,

apropriando-se de recursos do Estado americano através de obras improdutivas para fazer sua retomada produtiva.

Essa discussão permite entender a importância do capital como meio de produção e aqui tratado como a questão do investimento. Assim, quando Engels, prefaciando o texto de Marx, na *Nova Gazeta Renana*, em 5 de abril de 1849, destaca a relação entre o capital e o trabalho, tendo em vista a compreensão do papel do capital apresentado na perspectiva do investimento produtivo e da geração do produto. Desse ponto de vista (ENGELS, 1891) afirma:

Vivemos hoje sob o domínio da produção capitalista em que uma grande e sempre crescente classe da população só pode viver se trabalhar, a troco de um salário, para os proprietários dos meios de produção — das ferramentas, máquinas, matérias-primas, e meios de subsistência.

Revela Engels nessa relação entre o capital e o trabalho uma divisão na qual o capital fornece ferramentas, máquinas, matérias-primas e adquire a mercadoria-trabalho na propriedade do capitalista, seja ele rural, industrial ou comerciante. Portanto, a origem

da luta de classes de proprietários do capital e do trabalho.

Diferem essas relações de natureza capitalista da antiga artesanal na qual a unidade dos meios de produção, utilizados no processo produtivo, se davam na casa do artesão, onde o trabalhador incorporava seu saber profissional e sua habilidade, aplicando os instrumentos e ferramentas nas matérias primas ou recursos naturais, todos de sua propriedade, para realizar a fabricação do produto. A esse conjunto de coisas foram chamados por Marx e Engels de “meios de trabalho” e pelos neoclássicos de capital e trabalho. Com a Revolução Industrial, primeiro, o capital, passou a pertencer exclusivamente aos capitalistas e o segundo, o trabalho, manteve-se como propriedade dos trabalhadores, que passaram a fornecê-lo no sistema capitalista por nada além do salário.

Entretanto, para que se realizasse o processo moderno é necessário que houvesse investimento, feito *a priori* e continuamente pelo detentor dos meios financeiros que o acumulou em poupança. No caso do trabalhador para que possa fornecer trabalho deve se alimentar como condição de repor suas forças, adquirir conhecimento, viver adequadamente e assim continuamente.

A QUESTÃO REGIONAL DA FALTA DE INVESTIMENTOS

Essa situação pode se agravar quando na transição da economia mercantil colonial para a economia nacional-capitalista, no caso brasileiro, acrescentou-se a necessidade da instalação de infraestrutura e legislação nas províncias do país independente que garantisse geração de postos de trabalho ou propriedade da terra para os nacionais procurando assumir o poder liberal-burguês.

Essas condições se impuseram aos novos estados nacionais, como no caso brasileiro na década de 1820, quando se proclamou a independência: faltavam investimentos. Agravava-se a situação pelas relações de trabalho do antigo regime mercantil que mantinha a escravidão associados a exploração do comércio inglês que transformava a questão econômica em problema político-econômico, em função das expectativas criadas nos processos de secessão e autonomia regional, como os da América.

No caso brasileiro e em especial nas províncias afastadas da Capital, como Mato Grosso, Pará, Amazonas e Maranhão, onde ocorreram levantes armados, características semelhantes se revelavam:

faltavam informações da sede e, portanto, infraestrutura de comunicação, a presença de um histórico de preços praticados que exorbitavam a renda dos trabalhadores, bem como falta de trabalho que operassem as minas e lavouras, e as eventuais manifestações eram coibidas com violência.

A mais contraditória das situações era a da escravidão, cuja manutenção exigida pela oligarquia dos barões monocultores do Rio de Janeiro e São Paulo, produtores de café, necessitavam de investimentos prévios no transporte ou aquisição dos trabalhadores como mercadoria-escrava, além naturalmente da manutenção dos mesmos com abastecimento, vestuário e moradia, por pior que fosse.

Os preços das mercadorias vis a vis aos salários dos jornaleiros e o consumo do escravo, deixava pouca renda ou não proporcionava poupanças individuais suficientes para alteração do padrão de vida dos nativos, esvaindo-se as necessárias reposições. No caso de Mato Grosso isso era agravado pelo contrabando do ouro com a qual se importavam gêneros, não gerando grandes lucros aos comerciantes locais, cuja maioria era reinol (LENHARO, 1982).

Mas, mesmo assim, ao longo do período mercantil e mesmo liberal do início do século XIX, foram

sendo construídos fortes para tropas, igrejas, também vinculadas ao Estado, nas quais se faziam cobranças de dízimos e mais contribuições. O Estado pagava sacerdotes e soldos dos soldados com atraso, agravando as tensões considerando as ideias emanadas da Europa e de outras regiões do país que estimulava a Independência (MENDONÇA, 1974).

Na América Latina, como um todo, desde o início do século XIX, em decorrência da Revolução Francesa, no século anterior, ocorreram processos de secessão em regiões coloniais que se transformam em países independentes. Parte da elite oligárquica passou a acalantar mudanças políticas e não se atentou para as questões econômicas de fundo, decorrentes das alterações políticas de alternância do poder. Certamente não percebia o ingresso de um sistema de liberdade do capital no novo regime exigia poupanças e disciplina nos gastos. Ou seja, era necessário garantir, autonomamente, acesso de recursos que pudessem realizar investimentos e custeio nos novos países e empresas que se criavam para gerar empregos da população em geral.

Naturalmente, capitais de empréstimo, sempre estão disponíveisⁱⁱ para aplicação recebendo juros e

garantias daqueles recursos, aliás, *metie* muito comum aos banqueiros, especialmente os da *city londrina*.

Portanto, a romântica leitura de fenômenos revolucionários ligados à independência, muitas vezes, se enviesou na discussão econômica sobre as necessidades de investimentos para a promoção da produção de mercadorias na nova nação. Essa responsabilidade, em geral, oriunda de poupadores, ciosos de seus capitais, passa a ser de banqueiros que não se envolviam em processos revolucionários ou minimamente revoltosos, mas estavam sempre prontos a atender os governos das colônias libertas que garantissem lucros e juros.

Nos países latino-americanos e suas províncias, as empresas continuaram na extração de minerais e de outras riquezas naturais quando ocorreram ações revolucionárias em diversos locais. Os levantes acabavam assustando os conservadores e provocando a evasão de capitais, cujas consequências foram desastrosas para essas regiões. É nessa linha que se observa também a expulsão de capitais comerciais, levando diversas regiões à pauperização ainda maior.

No Brasil, não era diferente, logo após a independência ocorreram diversos levantes nativistas que tinham raízes de cunho libertário-nacionalista com

diversos matizes: elitista e oligárquicos, alguns, e populares, outros.

A expulsão dos capitalistas metropolitanos ou detentores do exclusivo mercantil-colonial causou paralisações e eliminou sociedades empresariais com desastrosas consequências para a economia regional. Ali, a nova oligarquia local que assumiu os negócios, mas desprovidas de capitais, crédito e trabalhadores suficientes para gerar produção. Sem meios de produção, habilidade gerencial e recursos financeiros, não havia como produzir. A economia ficou inicialmente estagnada e depois letárgica.

É necessário entender na independência brasileira a substituição da oligarquia colonial metropolitana por outra, “creola” local. Isto significava que os movimentos não iam além da troca de homens no poder.

Nesse processo, esperava a população mudar suas condições econômicas, sociais e mesmo, culturais e, claro, políticas, considerando a tomada do poder por políticos locais, com inclusão de trabalhadores e escravos. Para tanto era necessário, como de fato ocorreu, que houvesse uma nova constituição, novas regulamentações e governos.

A crise que se instalou, ainda no primeiro Império e se seguiu nas regências, exigiu a ascensão do jovem Imperador com apenas 15 anos, retomando-se parcialmente a confiança e os investimentos. Esse transcurso foi até 1840-45 quando se encerram as revoltas e os levantes armados da população, inconformada com sua situação submetida ao reassentamento das elites dominantes.

Nas regiões revoltadas, apenas com o ingresso de capital internacional, associado ao nacional, permitiram-se espasmos econômicos, mitigados pela Lei de Terras de 1850 que limitava a expansão.

Não se observou melhor qualidade nas condições de trabalho ou redução na coleta de impostos pela nova oligarquia no poder. Acrescenta-se que o investimento, em sua maioria, continuava externo como pode ser entendido o investimento realizado em ferrovias, indústrias, etc. que eram empreendidos, então na perspectiva imperialista, cuja inversão passou a ser privada.

O levante nativista, conhecido como a Rusga, especialmente em Cuiabá e Diamantino, na província de Mato Grosso, ocorrido em 1834, fez com que houvesse a evasão de estrangeiros capitalistas e com eles seus recursos, deixando a consequente decadência da região

por dezena de anos. Associam-se, nessa fuga, as condições tecnológicas para realizar o serviço de extração e lavagem do cascalho e a obtenção do produto mineral; o abastecimento do contingente populacional, nativo ou escravo com alimentação e vestuário.

Da mesma forma, restringe-se a coleta de drogas do sertão destinada à farmacopeia e culinária europeia, além de produtos exóticos que necessitavam de investimentos em ferramentas, vestuário e alimentação, geralmente importados de outras regiões e países.

A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA NO BRASIL

Parece ser um engano entender que a Independência do Brasil foi forjada apenas pela ação real do príncipe herdeiro e seus assessores diretos, em decisões palacianas, como é apresentado na história oficial. O que é possível observar dos fatos ocorridos é que não havia organização ou motivação suficiente dos nativos para promover a separação da metrópole, como no caso da secessão norte-americana. Assim, no Brasil, entende-se ter ocorrido uma espécie de contragolpe

conservador, uma reassentamento das elites, como em outros momentos da história nacional. Contudo, a pesada mão do Estado, com o apoio de mercenários, atuou fortemente nos levantes regionais.

Evidentemente a atitude do príncipe Regente e sua manifestação de revolta contra as cortes portuguesas liberais, em suas deliberações de recolonizar o Brasil, em 1822, são parte do processo, diríamos institucional, em uma farsa de poucos atos. Mas a tragédia, como pode ser apresentada, desprezou as mortes populares e de oligarcas, havidas antes e depois do fato de oportunismo consumado no sete de setembro (cf. MARX, 1852).

Aparentemente o ato priorizou a acomodação das elites e o estágio liberal da economia proposta ainda em 1808. Assim há uma paradoxal natureza liberal na economia brasileira: o liberalismo permitiu, com distribuição de terras e concessões de exclusivos, a intervenção do Estado oligarca. Assim, a economia mercantil passou a ser agropecuarista cafeeira, com apoio estatal.

Os governos, omissos quanto à ocupação das terras, tenderam, depois, pelo favorecimentoⁱⁱⁱ de alguns mais próximos do poder, provocando movimentos armados no Brasil como um todo. É nessa

direção que se apresenta a Rusga de 1834, em Mato Grosso. A contradição entre o real mercantilismo colonial português e o modelo liberal inglês, proposto pelo Visconde de Cairu, reivindicado por parte da oligarquia lusitana, apresentaram resultados pouco promissores e às vezes contraditórios para a economia do Brasil Portugal e Algarves, entre 1808 até 1820, quando foi exigido o retorno da família real, por pressão das cortes portuguesas e da política liberal inglesa, à Europa.

Certamente a questão da escravidão e das classes de menor renda era a mais grave dessas contradições em função das novas condições com que acenava os libertários. De concreto, a disponibilidade de trabalhadores incorporava custos de aquisição e manutenção de mão de obra, cujos investimentos eram exorbitante em face da eficiência que se julgava necessária e da distância da origem dos mesmos. Mesmo assim mantiveram-se muitos desses fatores como exclusivos coloniais e outras licenças mercantis em uma economia que passava a se assumir como de base exportadora como a cafeicultora.

Na região de Mato Grosso, as drogas do sertão e os recursos naturais, principalmente o diamante e ouro, mesmo incluindo os nativos com remuneração

baixíssima, necessitavam de trabalhadores importados – mais aptos aos trabalhos com mineração – com maiores custos e investimentos sempre agravados pelas pressões inglesas e repressão ao tráfico.

Por outro lado, da leitura de Karl Marx, apresentando a biografia de Simon Bolívar como um oportunista, para *The New American Cyclopaedia* (1857/1868), permite lembrar realces nos quais os interesses envolvidos nas independências dos países latino-americanos eram semelhantes quanto aos chamados libertadores oligarcas. Tais libertários pretendiam manter condições semelhantes à estrutura colonial (lusitana e espanhola): a se manterem no poder no qual se tornariam governantes e assim transferir as condições econômicas e sociais da colônia ao país independente (MARX, 1858).

Em outro texto do mesmo autor, comparando-se aos levantes de 1848-50 na França se permitiu ter compreensão sobre as posições históricas que se foram construindo ao longo do século XIX:

as revoluções até hoje resultaram no desalojamento de uma determinada dominação de classe por outra; todavia, todas as classes que até agora dominaram eram pequenas

minorias face à massa popular dominada (MARX, 1850).

Essa perspectiva da história introduzida na lógica das independências na América do Sul revelou generais, além de Bolívar e de pequenos oligarcas, como dizia Marx, que tiveram como objetivo expulsar os metropolitanos, colocando-se como déspotas no poder nos novos países. O caso exemplo brasileiro, diante dessa perspectiva, é levado ao extremo pelo conselho paterno ao príncipe regente na volta da família real a Portugal: “toma para ti a coroa, antes que outro o faça”, na cínica fala de D. João VI.

A guerra de independência, como se pode entender, poderia ser um fenômeno transformador no Brasil, que se iniciou pelo levante da inconfidência mineira de 1789, em Minas Gerais e Rio de Janeiro, e continuou, depois de sete de setembro de 1822 com discurso pouco libertários.

O movimento contínuo ocorreu na Bahia e no Pará até 1824 e pode se constituir na primeira fase do processo. Após a saída do príncipe Bragança, o governo das regências foi a origem de repressões aos movimentos revoltosos, contando com apoio de mercenários estrangeiros. A partir, portanto, de 1831, se

ampliou de maneira geral sangrentas guerras no Pará, no Maranhão, na Bahia, no Rio Grande do Sul e naturalmente em Mato Grosso (1834), não sendo esse o nosso foco de análise a questão militar que envolveu.

Mas é necessário entender que a ausência de Estado mediando a nova situação política da qual estavam investidos os revoltosos e a incompreensão diante do papel do capital frente à geração de trabalho e empregos no país independente geraram revoltas cujas consequências não foram além de mortes e mais poder repressor e conservador.

Assim, a frágil transição mercantil para um capitalismo incipiente criou situações graves, pois a existência de remanescentes estruturas, insuperadas pela independência por alguns anos, como o exclusivo ou o privilégio de metropolitanos em cargos públicos, estimulava revoltas que ocorreram no país como um todo.

Destaquem-se às regiões mais afastadas, como Pará, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso onde a sobrevivência era difícil e as injustiças perpetradas pela burocracia e justiça eram muitas e constantes.

Os levantes populares, nem sempre enumerados pelos autores e cronistas regionais, deixaram de maneira indelével algumas dúvidas sobre a existência de

movimentos populares autênticos e seus objetivos, como o caso da Rusga. Mas a história oficial exalta a falta de violência, o que levou inclusive Hobsbawm a acreditar que houve de fato uma transição pacífica na Independência brasileira.

Mas como entender o processo de independência quando o exército brasileiro passou a reprimir a Cabanagem (1835-1840) e a Balaiada (1836-1840), respectivamente no Pará e Maranhão; a Sabinada (1837-1838), na Bahia, e a Guerra dos Farrapos (1835-1845) no Rio Grande do Sul?

Reveladas, no primeiro momento, por terem sido verdadeiros movimentos populares de resistência aos modelos políticos e econômicos formulados na Capital do novo Estado independente sem a participação das lideranças regionais. O mais grave é observar que nas revoltas populares foram registradas milhares de mortes, em geral, não contadas com precisão.

A atenção de Caio Prado Junior (1971) a questão foco que construiu a Rusga, como outros movimentos similares, foi “o xenofobismo extremado dos constituintes [1823]” e, citando um deles, observa que “cada vez que foi escrita a palavra estrangeiro teve diante de si o fantasma português que por seu turno evocava o espectro da recolonização. Decorre daí um

processo político que tomou conta do país, a partir do primeiro governo do Império até o fim das Regências, considerando as classes mais pobres, às quais em suas revoltas ainda na fala do autor era “vago e abstrato (...) sem se apoiarem em uma base econômica e social” (PRADO JUNIOR, 1971: 54), para tanto, eram orientados por extremistas que usavam uma “linguagem demagógica e jacobina, emprestada dos revolucionários franceses de 89”. A análise de Caio Prado Junior (1971:64) conclui que “não se distingue (o do Pará, de 1833-36) por seu conteúdo dos demais (...) que chegou a dominar o governo da província”.

A Cabanagem, a Balaiada e a Revolta dos Malês, na Bahia (1835), portanto, são exemplos das violentas repressões como foram feitas a repressão dos governos regionais e com justiciamentos feitos por revoltosos, em contrapartida. A Rusga (1834) não fugiu a esse padrão cujos levantes foram contemporâneos aos demais, na década de trinta do século XIX, no governo das regências, com violência como marca mais contundente.

Em geral esses levantes tinham um fundo econômico burguês e o contingente escravo (alforriado e cativo) e a população pobre eram mantidas fora do poder, especialmente quando D. Pedro I retornou à

Europa. Nessa oportunidade, as oligarquias locais, ansiosas, procuravam suplantar as condições mercantis por uma situação econômica liberal na qual pudessem ser incluídas como classes participantes das decisões.

Inviabilizada a forma constitucional, com a imposição imperial, reduziu-se proporcionalmente o poder dos nativos. Durante as regências, com as dificuldades de se legitimar, a solução encontrada foi dar poderes a um jovem de 15 anos, como foi o caso de Pedro de Alcântara, filho mais jovem do antigo imperador. É diante desse quadro político econômico nacional que se pode observar a Rusga, em 1834, em Mato Grosso.

O LEVANTE EM CUIABÁ E DIAMANTINO DE 1834

É necessário entender os grupos e as condições sociais, especialmente aqueles vinculados às oligarquias estabelecidas na província de Mato Grosso na década de trinta do século XIX, para perceber as raízes desse processo que se caracterizou como a Rusga. Nele se desenrola um fenômeno social e político da maior gravidade que alterou o andamento do quadro social e da economia de Mato Grosso no século XIX,

considerando o assassinato de alguns e a fuga de outros.

Dessa forma é entender a dualidade da própria oligarquia nacional e suas organizações, cujos interesses estavam relacionados às capitais regionais: Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade.

Adicionam-se as questões do poder local com juntas governativas eleitas. Além da insubordinação das tropas atuando na mesma capitania, havia ainda a divisão interna dos grupos locais: os nacionais, caramurus – moderados e radicais – e os bicudos: portugueses. Portanto, após a secessão da metrópole lusa, existiam três grupos conformados politicamente em dois partidos (REIS, 1978).

É possível identificar o processo no início de 1821, pouco antes da independência, quando o capitão general Magessi, ao saber do movimento liberal vitorioso em Portugal, antecipando-se a substituição que ocorreria por juntas governativas, promoveu um “juramento à Constituição que as cortes deviam elaborar”. Ato constrangedor em face das condições decadentes da metrópole e do fato em si, mas acatado pela população parcialmente (REIS, 1978: 176).

Naquele mesmo ano, Luiz D’Allincourt, oficial respeitado na corte e na província, depôs Magessi, em

Cuiabá, em agosto de 1821, e aclamou pela vontade coletiva – tropa, clero, nobreza e povo (a elite local) – uma junta governativa, incluindo-se na lista.

Na capital da província, ainda Vila Bela da Santíssima Trindade, a chegada da notícia da ascensão da junta governativa, aclamada em Cuiabá, fez com que seus moradores alegando usurpação exigissem que a Junta fosse eleita na Capital provincial: Vila Bela da Santíssima Trindade.

Nessa perspectiva se organizou outra Junta governativa informando à Lisboa, ainda sede da metrópole, a situação conflituosa. Esta Junta tinha reconhecimento “popular”, como podia ser entendido esse conceito, desde o Registro do Jauru até o norte e estava apoiada pelas tropas do Forte Príncipe da Beira, no Guaporé. A Junta de Cuiabá apoiava-se no restante da província: maior parte do território de população e das tropas.

Retomava-se, nessa disputa, a antiga discussão de transferência da Capital para Cuiabá: fundada por ordem real para ser a sede estratégica da capitania. A rigor, Vila Bela da Santíssima Trindade, sempre foi questionada por sua localização, dadas as condições insalubres e estar sujeita a enchentes. Mantida, todavia, em função do respeito que mereceu o projeto original e

a posição estratégica que tinha, frente à colônia espanhola, sendo protelada sua mudança.

Mas o governo de Cuiabá vivia conflitos em função da indecisão, até 1823, quando a Junta Governativa foi remodelada e passou a acatar a independência e a fidelidade ao Imperador, alinhando-se a situação vigente. O Imperador informado da situação preferiu construir uma conciliação salomônica, considerando a manutenção da dualidade com duas juntas governativas e a reivindicação de divisão territorial. Com isso a Junta ficou formada por dois membros escolhidos de Cuiabá, três em Vila Bela. Incluía dois representantes da população dos diferentes espaços mato-grossenses. Mas isso não diminuía a tensão na imensa província.

Os dois de Cuiabá não tomaram posse e passaram a fazer oposição. Mas, mesmo assim, assumiu o novo governo liderado por uma inteligência importante, mas que durou pouco, sendo substituído por outro letrado. Em 1823, um fato relacionado às relações internacionais passou a ocupar os homens públicos: a anexação da região dos Chiquitos à Mato Grosso. O coronel governador daquela divisão boliviana não aceitando a independência do Alto-Peru da Espanha resolveu entregá-la ao Brasil e para tal solicitou um ato solene.

Na ausência do presidente da Junta Governativa, em 13 de abril de 1823, mesmo com o alerta de alguns mais esclarecidos da necessidade de se consultar o Imperador para aquela anexação, o fato ocorreu. Mas foi logo desfeito em 10 de maio, como resposta aos protestos do general Sucre, presidente boliviano e aceito por D. Pedro.

A rotina letárgica e modorrenta retomou a província, porém, com alguma alteração em Diamantino onde se extraía ouro, diamantes e algumas drogas do sertão, com comércio intenso com o Pará o que dava vida econômica à Mato Grosso. Também se identificava uma pauta econômica mínima de pecuária, drogas do sertão e comércio destinado ao abastecimento em todas as regiões, mas principalmente no sul da província, com escoamento por Corumbá.

Mesmo assim, com poucos recursos de arrecadação para fazer frente às despesas, os governos se sucediam e observavam tramas nos quartéis que provocavam levantes das tropas alegando-se atrasos nos pagamentos, como de resto, também ocorriam atrasos de pagamentos na economia como um todo (LENHARO, 1982).

Também havia protestos entre a população por questões externas, considerando os levantes nas

províncias do norte (Pará e Maranhão), divulgados em pasquins, panfletos e manifestos, enfim motivos para agitação na até então tranquila Mato Grosso. A “pacífica” população foi ficando assustada. Essas publicações, em geral apócrifas, circulavam nas principais vilas e quartéis, acreditando-se que vinham do Pará. O governo informado da possibilidade de uma rusga de grandes proporções ficou em alerta ao pedido do juiz de paz. (REIS, 1978: 193).

Doente, o governador passou a governança ao vice. Tido como simpático aos brasileiros adotivos, o vice passa a ser pressionado por manifestações. Nessa perspectiva, o secretário de administração, simpático aos radicais caramurus, passou a criar dificuldades para o presidente substituto, sendo demitido. Iniciou-se, assim uma campanha contra o presidente da província que manteve a ordem até poder passar novamente ao governador. Chegavam ao governo os desmandos.

Em Diamantino, a Câmara Municipal negou “obediência ao Vice-presidente da Província sobre negociações de Administração”, assumindo uma desordem legal. Ao tentar pacificar os acontecimentos, o governador, retomando o poder, pediu ao líder caramuru radical para fazer a pacificação por “meios brandos”. Na sua ida, agindo ao contrário do solicitado,

insuflou-a, provocando mais desordem e fuga de alguns “brasileiros adotivos” para os matos e outros para Cuiabá e outras vilas.

Em abril, quando chegou à nomeação de uma autoridade, o governador tentou dar posse ao mesmo, sendo interpelado pela oposição do líder caramuru, apoiado por outra liderança de maneira a empatar a votação. A nomeação acabou decidida pelo voto do presidente. Com isso, o líder radical passou a fazer a oposição sem trégua.

Em 04 de maio, em meio a uma festa, houve manifestação contrária ao poder instituído. No mesmo dia criou-se uma animosidade entre as Guardas Nacionais e Municipais, com tentativa de mediação do presidente da província, aparentemente reduzindo as tensões, retomadas em festa oferecida pelo líder opositor.

No final do mês, esse líder da oposição passou a responder pela Administração Pública quando o Governador teve que se licenciar para medicar-se. O movimento revoltoso ocorreu em 30 de Maio de 1834, à noite.

AS CONSEQUÊNCIAS DA RUSGA E A CRISE DO SÉCULO XIX

Contados os mortos no dia seguinte eram 03 em Cuiabá e as lojas arrombadas 09. Mas logo foram enviados comandos na busca de famílias no rio abaixo e rio acima, provocando novas e mais mortes. De tal maneira que a afirmação da época é que foram exterminadas mais de 30 pessoas durante três meses. Em Diamantino, não havia precisão quanto aos mortos e saques havidos.

Contudo, a situação negocial tornou-se insustentável no contínuo desse processo. Os interesses se exacerbaram e as apropriações de bens e direitos dos assassinados e perseguidos passaram a ocorrer com frequência, como discute o autor que se nominou “amigo da Justiça” (VIEIRA FILHO, 1906: 283).

Se a situação política se normalizou com a chegada de Alencastro (novo presidente), a economia continuou se agravando. Nos relatórios produzidos por Leverger, ao longo do século XIX, e da Câmara Legislativa, informada por Mendonça (1974), houve anos em que não havia sequer relatório a ser feito pelos representantes do povo, como se percebe na década de 1850 (MENDONÇA, 1974).

Culpavam-se a falta de comunicação com a capital imperial e a distância. Entretanto, havia dificuldades na agricultura e na pecuária em função do solo e das

doenças do gado. De fato, a abertura temporária do rio Paraguai possibilitou melhorar a comunicação, a pecuária e o comércio, mas isso só ocorreria com a introdução de máquinas a vapor nas fábricas, na produção em geral e na abertura para barcos de grande porte desde Corumbá até o Atlântico.

Esse movimento ocorreria a partir de 1870, quando o imperialismo iniciava na Europa sua partilha pelas áreas ainda disponíveis para seus mercados, estando a grande província brasileira disponível para esses objetivos. Em 1875 entraram 485 estrangeiros, na maioria sul americanos (paraguaios, argentinos), mas também portugueses, espanhóis e italianos. Também as empresas migrantes se instalavam em Cuiabá para o comércio; Del Sar & Foley, Lewandowski & Reishofer, Verlangiere & Irmão, Casa Orlando (BRANDÃO, 1991). Grandes áreas de terra foram negociadas para produção pecuária e no sul da província erva mate. Todavia, o ingresso de capitais tinha outra feição diferente daquela dada na transição do mercantilismo colonial para o capitalismo. Eram, além dos bancos, filiais ou representações de empresas que se estabeleciam.

No final do século XIX e início do século XX os políticos, com representação na República, instalaram o primeiro banco em Mato Grosso: o Rio Mato Grosso.

Tratava-se aparentemente de testa-de-ferro de capitais internacionais ingleses para se relacionar com o crescimento do mate, da borracha e da pecuária. Eram representações importantes vinculadas ao comércio mato-grossense especialmente em função da hevea colhida na região norte, onde Farquhar investia recursos na estrada de ferro Madeira Mamoré. O capital internacional se abrigava, sob o manto nacional, para fazer o mesmo através dos políticos proprietários de terra.

Curiosa citação ocorreu quando da morte do líder daquele movimento: João Pupino Caldas, chamado assassino no Rio de Janeiro pela esposa de uma de suas vítimas. Dizia em verso, no papel afixado no muro próximo em 09 de maio de 1837, junto ao corpo onde foi assassinado:

No dia 09 de maio

Depois da Ave Maria

Matei Coronel Pupino

Fiz tudo quanto queria

(REIS, 1978:184).

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Jesus. **História da Navegação em Mato Grosso**. Cuiabá: Livro Mato-grossense, 1991.

ENGELS, Frederick. Prefácio a **O Trabalho Assalariado e Capital** (1848) de Karl Marx. Acesse: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1849/04/05.htm>

HICKS, J. R. **Valor e Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

<http://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm>

LENHARO, Alcir. **Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização**. Cuiabá: NDHIR/UFMT, 1982.

MARX, Karl **As Lutas de Classe em França de 1848-1850**. Acesse: https://www.marxists.org/portugues/marx/1850/11/luta_s_class/

MARX, Karl **O 18 Brumário de Louis Bonaparte (1852)**. Acesse:

<http://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/index.htm>

MARX, Karl. **Simon Bolivar (1858)**. Acesse: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1858/mes/bolivar.htm>

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Manifesto do Partido Comunista** (1848). Local: Editora, data.

MENDONÇA, Rubens de. **História do Poder Legislativo de Mato Grosso**. Goiânia: Rio Bonito, 1974.

MOUTINHO, Joaquim F. **Notícias sobre a Província de Matto Grosso**. São Paulo: Typographia de Henrique Schroeder, 1869.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1971.

PRUDÊNCIO, João Baptista. Informações ministradas ao Presidente Augusto Leverger em março de 1854. **O Archivo**. Cuiabá, anno I, v. I, novembro 1904.

REIS, Arthur Cesar F. A ocupação portuguesa do Vale Amazônico. In: HOLANDA, S. B.; CAMPOS, P. M. **História Geral da Civilização Brasileira**. 4 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, t. II, v. 2, 1978.

VIEIRA FILHO, Henrique J. Manifesto manuscrito dos acontecimentos da Rusga. O **Archivo**. Cuiabá, anno II, v. II, abril 1906.

Recebido em: 07/07/2016

Aprovado em: 11/07/2016

Publicado em: 30/07/2016

NOTAS

ⁱ Há diversos autores tratando do tema ainda de modo introdutório, recomenda-se a leitura de VIEIRA FILHO, 1906; REIS, 1978.

ⁱⁱ Empréstimos bancários foram utilizados pelo novo Estado brasileiro logo após a independência justificados pela necessidade de ressarcimento ao Estado português para ser feito o reconhecimento da secessão.

ⁱⁱⁱ A Lei de terras foi introduzida em 1850, portanto, praticamente 30 anos depois da Independência, antes era permitido o acesso a terra pelos grandes proprietários sem remuneração; nas crises do café o Estado criava os planos de valorização do “nosso mais importante produto” (PRADO JUNIOR, 1971).